



CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – Ceas – CE

Rua Jaime Benévolo, nº 21 – 2º Andar – Salas 001/002 Bairro: Centro
Contatos: (85) 98523-7649/98523-7414 CEP: 60.050-080 Fortaleza/CE
E-mail: ceas@sps.ce.gov.br site: www.ceas.ce.gov.br

31 ANOS DE CONTROLE SOCIAL DO SUAS

ATA DA 335ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEAS-CE

Aos dias vinte e seis do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, no horário das oito e quarenta, reuniu-se na Sala de Reunião da Casa dos Conselhos, situada na Rua Jaime Benévolo, 21, – Bairro: Centro – Fortaleza/CE, o Conselho Estadual de Assistência Social (Ceas-CE), sob a coordenação da Conselheira Titular Célia Maria de Souza Melo Lima, Presidente deste Conselho, representando a Secretaria da Proteção Social – SPS, representando os(as) Usuários(as), a Secretária-executiva em exercício – Laura Tavares também se fez presente na referida reunião: **registrando as presenças dos(as) conselheiros(as) do Ceas-ce:** Ana Cristina Gomes Dias (Conselheira Titular – Usuária do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Bairro João XXIII do Município de Fortaleza/CE); Juliana Hilário Maranhão (Conselheira Titular do Sindicato dos Assistentes Social do Estado do Ceará - Sasec); Vilani Vlândia Mota Freitas (Conselheira Titular – Serviço Social do Comércio - Sesc); José Albuquerque Costa (Conselheiro Suplente do Conselho Regional de Administração do Ceará – CRA/CE); Márcia Maria Soares Gurgel (Conselheira Suplente – Secretaria do Planejamento e gestão – Seplag); Sandra Maria Ferreira de Moraes (Conselheira Suplente da Secretaria da Proteção Social – SPS); Rute Almeida Teobaldo Mourão (Conselheira Titular da Secretaria da Fazenda-Sefaz); Jorge Luiz Pereira e Silva (Conselheiro Suplente do Conselho Regional de Psicologia -CRP-11ª Região); Maria Rozelha Pontes Cunha (Conselheiras Titular e Suplente – Secretaria da fazenda – Sefaz); Márcia Maria Sousa Monteiro da Silva (Conselheira Titular da Agência de Desenvolvimento Econômico e Social – ADES); Ana Pauleir Teixeira Modesto (Conselheira Suplente da Associação dos Moradores do Conjunto Tancredo Neves – AMCTN); José Francisco Ramos da Silva (Conselheiro Suplente Usuário do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Municípios de Juazeiro do Norte/CE); Maria de Fátima Oliveira Silva (Conselheira Suplente – Usuários do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Bairro Bom Jardim do Município de Fortaleza/CE); Juliana Araújo Lima da Silva (Usuária do Centro de Referência de Assistência Social -CRAS do Município de Maracanaú) Helena Maria Rocha Faustino (Conselheira Suplente da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior-SECITECE). **Registrando as presenças dos(as) Conselheiros(as) do Ceas- Ce de forma on-line:** Elisângela Luzia Fernandes do Nascimento (Vice Presidente Ceas-Ce); Cristiane Martins Gomes da Silva (Conselheira Suplente da Sociedade para o Bem Estar da Família – Sobef); Sandra Maria Soares de Oliveira (Conselheira Suplente – Secretaria de Educação – Seduc); Francisca Eugênia Nogueira de Souza (Conselheira Titular da Secretaria de Educação – Seduc); Mônica Pontes Aguiar (Conselheira Suplente – Casa Civil); Ana Roberta Martins de Almeida Xavier (Conselheiras Titular e Suplente – Secretaria das Cidades); Judite Freitas Mesquita (Conselheira Suplente - Usuária do Centro de Referência de Assistência Social-CRAS Camará do Município de Aquiraz/CE). **Registrou as Ausências com justificativas:** Paulo Marcelo Laranjeira Barrocas (Conselheiro Suplente da Secretaria da Saúde da SESA); Elizângela Pereira de Oliveira (Conselheira Titular da Fundação Dr. Antônio Dias Macedo); Erivânia Bernardino Cruz (Conselheira – OAB Secção Ceará); Daniel Lima dos Santos (Conselheiro Suplente da Associação dos Servidores da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - ASSTDS); Israel Guimarães Peixoto (Conselheiro Titular -Secretaria da Saúde - SESA); Krycia da Silva Laurentino (Conselheira Titular -Secretaria das Cidades). **Registrou as Ausências sem justificativas:** Verônica Furtado Monteiro (Conselheira Titular – Conselho Regional de Serviço Social – Cress – 3ª Região); Meire Celi Freitas de Aguiar (Conselheira Titular da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE); Maria Luciene Moreira Rolim Bezerra (Conselheira Titular do Colegiado Estadual dos Gestores Municipais de Assistência Social - Coegemas); Regina Estela Benevides Lima (Conselheira Titular – Casa Civil); Luciana de Lima Nascimento (Conselheira Suplente do Colegiado Estadual dos Gestores Municipais de

58 Assistência Social – Coegemas). **Em seguida registrou as presenças dos(as) convidados(as):**
59 Luciano Tonet do MPCE; Beatriz Motenegro do APDM-CE; Ana Paula Silveira de M. Vasconcelos
60 do CRESS-CE; Tatiane Elpidio SPS/COSAN; Antonia Santos da Silva SPS/COSAN; Ana Paula
61 Fragoso de Freitas SPS/COSAN; Regina Praciano SPS/COSAN. Desejou o melhor para o dia,
62 colocando em seguida a pauta para apreciação dos(as) presentes com os seguintes pontos:
63 **01.** Abertura; **02.** Aprovação da Ata da tricentésima trigésima quarta Reunião Ordinária do
64 Ceas/CE realizada no vinte e nove do mês de janeiro de dois mil de vinte e seis; **03.** Aprovação do
65 Regimento Interno do Ceas-CE; **04.** Aprovação das normas do Processo Eleitoral da
66 Representação da Sociedade Civil no Ceas/CE-Gestão dois mil e vinte e seis a dois mil e vinte e
67 oito; **05.** Aprovação do edital para a convocação do Processo Eleitoral da Representação da
68 Sociedade Civil no Ceas-CE-Gestão dois mil e vinte e seis a dois mil e vinte e
69 oito; **06.** Recomposição das comissões temáticas do Ceas-CE; **07.** Aprovação do calendário das
70 comissões temáticas do Ceas-CE; **08.** Aprovação do Plano Estadual de Direitos à de Convivência
71 Familiar e Comunitária de Crianças e Adolescentes; **09.** Aprovação das atribuições da Política de
72 Assistência Social no Projeto Ceará Protege-Pactuado na CIB/CE; **10.** Aprovação das atribuições
73 da Política de Assistência Social-SUAS, no âmbito do fluxo da ação integrada entre SISA, SUS E
74 SUAS-Pactuado na CIB/CE; **11.** Aprovação do plano de ação da Assistência Social-dois mil e vinte
75 e seis; **12.** Aprovação do formulário de visitas do Ceas/CE; **13.** Informes da Presidência, dos(as)
76 Conselheiros(as) e Secretaria-Executiva do Ceas-CE; **14.** Encerramento. **A Presidente do Ceas-**
77 **CE, Célia Melo** deu início a reunião ordinária com todos os presentes, presencial e online, e deu
78 boas vindas e começa mais uma vez rogando a Deus e pede que cada um faça conforme sua
79 religião, orientação espiritual para que nos seja concedido muita inteligência, sabedoria,
80 discernimento, muita serenidade, segurança para que nós possamos discutir com objetividade
81 para que as nossas deliberações venham contribuir de fato para qualificar o sistema único da
82 assistência social, consequentemente melhorar a qualidade de vida da população precisa dessa
83 importante política pública. **A Presidente Célia Melo** apresenta os novos Conselheiros, dar boas
84 vindas diz que vão contribuir muito para a população do controle social do sistema único da
85 assistência social então ela diz que gostaria de anunciar o **Conselheiro Paulo Laranjeiras** que
86 está de forma remota ela dar as boas vindas a ele e acrescenta que a saúde é uma das que
87 forma o tripé da assistência social juntamente com a previdência social, muito importante a
88 presença da Secretaria da Saúde que tem muito para contribuir. Também a Conselheira Ana
89 Luiza está representando a **APDM/CE (Associação para o Desenvolvimento dos Municípios**
90 **do Estado do Ceará)** dar as boas vindas. Agora ela pede que a **Vice Presidente Elisângela**
91 **Fernandes** que está em forma virtual venha deixar sua mensagem em seguida vamos passar
92 para cada um fazer uma breve apresentação para que conheçam os outros Conselheiros. **A Vice**
93 **Presidente Elisângela Fernandes** deseja que Deus abençoe cada um que tenha essa reunião e
94 seja bem produtiva e que os novos Conselheiros junto conosco poderemos fazer muita coisa
95 daqui para frente e deseja as boas vindas. E fala que tem muita coisa para se aprovar e que
96 Deus abençoe essa reunião. **A Presidente do Ceas-CE, Célia Melo** faz uma breve apresentação
97 dela e de todos os Conselheiros presentes. Dar início a pauta o ponto dois aprovação da ata da
98 tricentésima trigésima quarta reunião ordinária do Ceas (Conselho Estadual de Assistência Social)
99 que foi realizada dia vinte e nove de janeiro de dois mil e vinte e seis alguma consideração a
100 respeito dessa ata? Então coloco em regime de votação quem é a favor permaneça como
101 estar, alguém contrário, alguma abstenção? Então permaneçam como estão, aprovada. Então
102 vamos entrar agora na pauta da reunião colocar em análise a pauta que foi aprovada pela
103 Presidência Ampliada a **Conselheira Márcia Monteiro** diz que foi feito uma inclusão de pauta na
104 reunião da Comissão de Acompanhamento das Condicionalidades do Bolsa Família e CadÚnico
105 da apresentação do modelo de relatório de visitas in loco mas diz que gostaria de retirar esse
106 ponto de pauta devido a inconsistência informa que não conseguiram se reunir, então gostaria de
107 fazer a retirada dessa pauta. **A Presidente do Ceas-CE, Célia Melo** diz que está aprovado e
108 pergunta se mais alguém tem alguma consideração, ela diz ter uma consideração no item nove
109 que é a aprovação das atribuições da Política de Assistência Social no Projeto Ceará Protege-
110 Pactuada na CIB/Ce considerando que teve uma recomendação do Conadca em relação a esse
111 tema Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente a minha sugestão é que a
112 gente tire também esse ponto de pauta e amanhã levarei esse ponto para a CIB, porque amanhã
113 tem reunião para discussão sobre a resolução que foi pactuada e se for o caso nós colocamos
114 em pauta da próxima reunião, então a minha sugestão é a retirada do item nove. Então com a

115 retirada do item nove e do item doze a pauta vai ficar agora com doze pontos,quem é a favor da
116 retirada desses dois itens permaneça como está alguma abstenção?Alguma posição contrária?
117 Foi aprovado por unanimidade. Agora o ítem três que seria a questão do regimento do Ceas/CE
118 esse regimento como vocês sabem foi passado pelos Conselheiros para eles estudarem e
119 analisarem esse regimento,tiveram três reuniões e na última reunião de GT(Grupo de trabalho) foi
120 finalizado com as alterações necessárias pergunto se é necessário ler todo o regimento ou
121 somente as alterações?Todos os Conselheiros concordam a leitura somente das alterações.A
122 Presidente Célia Melo solicita que a **Secretaria Executiva Interina Laura Tavares** leia o
123 regimento,mas antes disso ela informa que estão contando com a presença de um membro do
124 Ministério Público representado pelo Dr Luciano Tonet. No próximo ponto de pauta vem as as
125 normas que foram sugeridas pela comissão eleitoral a partir do momento que tiver essas normas
126 iremos convidar o Ministério Público para participar de todo o processo. A **Secretaria Executiva**
127 **Interina Laura Tavares** lê as modificações do regimento. A **Presidente Célia Melo** informa que
128 essas foram as alterações,vai passar agora somente por uma revisão ortográfica. Resolução
129 duzentos e vinte e um do dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e vinte e seis a **Presidente**
130 **Célia Melo** pede para a **Secretaria Executiva Interina Laura Tavares** ler ,a **Presidente Célia**
131 **Melo** pergunta se alguém tem alguma consideração a respeito da resolução,então ninguém se
132 manifestou vai colocar em regime de votação,quem é a favor de aprovar permaneça como
133 está,aprovado o novo regimento interno do Ceas/CE. Vamos trabalhar conforme esse
134 regimento,inclusive o processo eleitoral da Sociedade Civil já vai ter alteração,quando chegar no
135 tema vamos discutir e orientar que alterações são essas porque tiveram alterações inclusive por
136 meio do Tribunal de Contas da União em relação ao Conselho poque achavam que era cnpj e
137 não é,hoje tem a forma que diz que é CPF não é mais cnpj até a entidade não pode ficar mais de
138 três anos quando chegar no item vamos discutir mais sobre isso. Vamos passar para o quarto
139 ponto da pauta Aprovação das Normas do Processo Eleitoral da Representação da Sociedade
140 Civil no Ceas/CE gestão dois mil e vinte e seis a dois mil e vinte e oito solicito a Comissão
141 eleitoral,tinha dois pontos a serem discutidos que são as normas gerais para o processo de
142 eleição e o edital e já temos que publicar o edital em março.E para reunião de março vamos
143 trabalhar o regimento interno da assembleia de escolha das entidades e conselheiros da
144 sociedade civil não daria para colocar tudo hoje e nem deu tempo a comissão trabalhar tudo,por
145 isso vai demandar a gente antecipar a reunião de março ao invés de acontecer conforme está
146 previsto no calendário para acontecer no dia doze de março porque vamos precisar em seguida
147 publicar o edital.Peço agora o que foi discutido na comissão a **Secretaria Executiva Interina**
148 **Laura Tavares** lê a resolução de número duzentos e vinte e dois,a **Conselheira Juliana**
149 **Maranhão** pergunta se o caso dos usuários poderia ser também usuários de benefícios sociais
150 como vale gás estadual,semic?Então no caso hoje teríamos um usuário Conselheiro que está no
151 perfil né porque todos são de **CRAS(Centro de Referência de Assistência Social)** só essa
152 dúvida mesmo,mais uma orientação.A Presidente Célia Melo diz que foi uma excelente colocação
153 e que já discutiram ao longo do tempo e **CRAS(Centro de Referência de Assistência Social)**
154 faz serviço de âmbito municipal então se esse usuário só utiliza serviços de âmbito municipal ele
155 não pode estar no Conselho Estadual,ele tem que estar no Conselho Municipal agora se ele
156 utiliza um benefício de âmbito federal como o **BPC(Benefício DE Prestação Continuada)**,já o
157 Ceará sem fome é de âmbito alimentar,ele não pode e nós não podemos confundir os benefícios
158 da segurança alimentar com os da políticas públicas da assistência social assim como o da
159 saúde,o da educação mas o semic é de âmbito estadual se esse usuário é de família que recebe
160 semic ele pode estar aqui,inclusive lá no regimento está dito isto.No caso das entidades no
161 mínimo de dois anos de funcionamento para estar representado no Conselho Estadual.A **Vice**
162 **Presidente Elisângela Fernandes** também pediu a fala para esclarecer para a **Conselheira**
163 **Juliana Maranhão** para quem é beneficiário do programa Ceará sem fome no cadastro dos
164 beneficiários exige que ele tenha o cadastro no nis,ou seja não diretamente aqui do colegiado ele
165 ser um beneficiário do programa mas os que estão sendo beneficiados eles precisam ter no seu
166 cadastro o número do nis então automaticamente ele vem do CRAS. A **Presidente Célia Melo** diz
167 que ele estar no cadastro único não quer dizer que ele seja da assistência e de âmbito estadual
168 inclusive o nis vai ficar em desuso porque agora é cpf e a questão é ser usuário da política de
169 assistência social,ou de âmbito estadual ou nacional por exemplo Ceará sem fome é da
170 segurança alimentar,a maioria do usuários são da assistência da social mas não é um benefício
171 para a assistência,o que é benefício da assistência é o aluguel social,o bolsa família.A **Secretaria**

172 **Executiva Interina Laura Tavares** pergunta se as dúvidas forma esclarecidas e se pode dar
173 continuidade na leitura.A **Conselheira Márcia Monteiro** cumprimenta a todos informa que está
174 analisando o processo da legalidade da participação dos fóruns ,diz que estava fazendo uma
175 pesquisa e a questão da participação dos fóruns em si mas em quanto representação de entidade
176 sócio assistenciais não seria decidido pela natureza de atuação?Por exemplo o FOEAS ele não
177 tem natureza de fazer convênio,não tem natureza de prestação de serviço mas em participação
178 social e de controle aí como se fala que ela tem a questão de que tem que ter o cnpj isso não
179 descreveria ela ter esse tipo de atividade já que o FOEAS não tem,ele é uma representação de
180 entidades e organizações sócio assistenciais não tem natureza de serviço.A **Presidente Célia**
181 **Melo** complementa que não pode estar representado no Conselho Estadual e a **Conselheira**
182 **Márcia Monteiro** diz que ele é do estado,ela diz que pode estar sendo leiga mas a questão do
183 processo da legalidade é uma questão representativa de serviço de natureza da sua
184 atividade,atividade do fórum é um processo de discussão ,controle social,participativa e aí ela tem
185 essa participação do coletivo de entidade,a entidade sim ela diz entender porque é obrigado a
186 entidade que executa as atividades sócio assistenciais na assistência social ela tem que ter cnpj
187 sim,inscrição no CNAS ,ela tem que estar no CNEAS, inclusive estava até pensando aqui quando
188 as entidades vierem todo ano existe uma prestação de contas anual,acredito que seja
189 interessante dizer que cada um enviasse seu comprovante da documentação anual. A
190 **Presidente Célia Melo** diz que o Conselho Nacional tem várias entidades e aqui só tem o
191 FOEAS que representa entidade que ela lembre,mas no âmbito nacional tem muitas entidades
192 que não são fóruns que faz aglomeração como é o caso do movimento nacional de entidades de
193 assistência social ele não tem serviço direto,eles tem representação inclusive quando terminou
194 meu último mandato no CNAS o cneas estava lá representado as entidades porque é um
195 movimento nacional que representa entidades da assistência social do mesmo jeito na área dos
196 trabalhadores tem que ter entidades que representam os trabalhadores,o FETSUAS pode
197 representar os trabalhadores só pode estar na assistência se tiver o cnpj.E a **Conselheira Márcia**
198 **Monteiro** complementa que é exatamente isso da natureza da sua representatividade como a
199 Senhora acabou de falar de que tipo de atuação,quando a gente trata de cnpj para fora o
200 movimento social é aquele que tem uma aglutinação ,fórum tem um coletivo de participação estou
201 falando da questão do âmbito estadual a gente já passou por regimento,já fez a leitura mas eu
202 fico com esse sentimento dessa obrigatoriedade,nem é isso da legalidade de fórum que é um
203 movimento ter seu cnpj é só essa a questão embora claro tem as orientações do CNAS mas
204 também tem as particularidades de interpretação,de compreensão aí eu entendo mas a questão
205 de fora de movimento que é diferente dessas atividades nacionais ,que tem essa aglutinação que
206 é diferente cada um tem sua decisão,eu acho que a questão do cnpj a gente fica no prejuízo em
207 si de interpretação da sua atuação,da sua natureza e era só isso que eu queria falar. A
208 **Presidente Célia Melo** diz que fórum não é obrigatório ser legalmente construído não,nós temos
209 nacionalmente reconhecido na nota o FONSEAS que é o fórum nacional de secretários que eles
210 tem cnpj,são legalmente constituídos do mesmo jeito o colegiado de gestores municipais,nacional
211 e estadual tem cnpj,são fóruns que representam gestores,do mesmo jeito o fórum que representa
212 entidades e o fórum que representa os trabalhadores para estar no conselho é exigido pela
213 **LOAS(Lei Orgânica da Assistência Social)** que essas entidades,organizações tem cnpj não
214 pode ser pessoa física,a única exceção que se dá é para os usuários somente.Agora vou passar
215 para o **Dr Luciano Tonet**
216 informa que para constituir o conselho é importante que tenha cnpj poque muitas entidades que
217 fazem parte elas muitas vezes concordam com aquilo e aquele fórum de repente vem e nem
218 todos concordam com ele ,então quando aquele fórum se constitui as pessoas podem questionar
219 a sua existência inclusive.A **Presidente Célia Melo** diz que o FEUSUAS nem pode estar se
220 candidatando porque não tem dois anos mas porque não o FEUSUAS se legalizar enquanto
221 organização,representação de trabalhadores a gente dar todo apoio enquanto Ceas, enquanto
222 **SPS(Secretaria da Proteção Social)** para que vocês se legalizem enquanto fórum do mesmo
223 jeito que estamos pedindo que crie seu cnpj,se legalizem poque aí se constitui oficialmente ,eu
224 penso que esses fóruns são representações importantíssimas e que eles tem que estar
225 legalmente constituído para exatamente evitar esse questionamento que o Dr Luciano colocou e
226 em âmbito nacional esse questionamento está sendo feito também,inclusive eu participei da
227 última reunião do FONSEAS estavam discutindo isso eles não querem aceitar que também tem
228 as entidades e os trabalhadores tenham cnpj e eu disse gente mas para isso precisa mudar a

229 **LOAS(Lei Orgânica da Assistência Social)**,nem o CMAS tem poder para isso tem que ir lá para
230 o Congresso Nacional mudar a **LOAS(Lei Orgânica da Assistência Social)** para depois ir ,mas
231 isso não podemos fazer isso porque a **LOAS(Lei Orgânica da Assistência Social)** só dar
232 exceção para os usuários e não em organizações é entidades ou organizações e representação
233 de usuários então tem a exceção mas eu sugiro isso.O Feusuas tem que se organizar ,fortalece
234 os usuários mas assim não só o FEUSUAS mas vocês podem não só o FEUSUAS mas podem
235 se candidatar representando usuário do bpc,usuário do bolsa família ,usuários de regionais tudo
236 isso pode se candidatar.**Conselheiro José Francisco** diz que as organizações sócio
237 assistenciais por exemplo as organizações aqui de Fortaleza se quiserem fazer na Nacional elas
238 precisam preencher esse termo aí o Secretario tem que fazer uma pesquisa para saber se tem
239 inscrição ,essa inscrição não é organização sócio assistenciais.Só uma observação.A Vice
240 Presidente Elisângela Fernandes gostaria de tirar uma dúvida que surgirão perguntas e
241 precisamos esclarecer,por exemplo: a dona Maria ela tem o cadastro dela no Cras dentro do
242 cadastro ela tem quatro filhos que compõe o cadastro dela esses filhos da Dona Maria que
243 compõe o cadastro dela ele podem votar e ser votados?Porque sabemos que cada um tem um
244 nis mas eles estão dentro do cadastro da dona Maria.A **Presidente Célia Melo** diz que são duas
245 coisas uma coisa é você está no cadastro,o usuário de serviço da assistência social não
246 obrigatoriamente precisa estar no cadastro único ,quem precisa estar no cadastro único
247 obrigatoriamente é o bolsa família ,bpc,programas de transferência de renda eles
248 obrigam,cadastro único é para quase sessenta programas federais como minha casa e minha
249 vida e vários outros.E nem todos eles são usuários da assistência social tem minha casa e minha
250 vida hoje que nível de renda é maior ,e as vezes esse nível de renda,porque para ser usuário
251 depende do nível de renda as vezes você tem um nível de renda alto mas está em
252 vulnerabilidade precisou do serviço mas não precisou do benefício então vamos diferenciar o
253 usuário da assistência que nem sempre todos eles estão no cadastro único.Então o usuário da
254 assistência ,você para comprovar seu usuário essa história,não é qualquer pessoa que pode se
255 candidatar primeiro tem que está utilizando o benefício ou serviço de âmbito estadual,ou
256 benefício no caso de âmbito nacional só o fato de ser usuário desse benefício ele não pode ser
257 usuário do Conselho estadual,ele tem que ser indicado em assembleia pelos seus pares ,aquele
258 segmento que ele quer representar,se é população em situação de rua que ele vai representar o
259 movimento população de rua o movimento se reúne e indica a pessoa para se candidatar e eles
260 apoiam.Tem que ser indicado por segmento a pessoa física tem que representar o segmento, a
261 jurídica pode se candidatar. A **Secretaria Executiva Interina Laura Tavares** dar segmento a
262 leitura da resolução duzentos e vinte e dois o Conselheiro José Francisco pergunta se sociedade
263 civil vota em sociedade civil e entidade em entidade o segmento? A **Presidente Célia Melo** diz
264 que em verdade sociedade civil são os três segmentos,cada segmento vota no seu segmento. A
265 **Secretaria Executiva Interina Laura Tavares dar continuidade a leitura. A Presidente Célia**
266 **Melo** pergunta se tem alguma observação e a **Conselheira Márcia Monteiro** faz uma inclusão
267 nas entregas das documentações das entidades e organização sócio assistenciais a
268 comprovação da entrega da documentação anual pelo cnas,toda entidade anualmente tem um
269 prazo para entregar a documentação como prestação de contas cada entidade nos conselhos
270 dos seus municípios tem obrigatoriedade de entrega até o dia trinta de abril e a minha
271 preocupação é se certificar de uma entidade que irá participar se ela não entregou a
272 documentação se ela vier a participar do processo eleitoral seja como eleitor,seja como
273 candidato? A **Presidente Célia Melo** diz que o que é exigido tanto no Conselho Nacional como
274 no Conselho Estadual é que essas instituição esteja funcionando de forma legal,de forma legal
275 ela está inscrita no Conselho municipal,está inscrita no cneas tem que está atualizado porque se
276 não tiver atualizado não pode e que ela esteja em funcionamento pelo menos há dois anos isso
277 que é exigido se ela entregou ou não o plano compete ao Conselho municipal ou cancelar o
278 registro a inscrição,se o conselho não cancelou a inscrição não será o Ceas que vai
279 questionar,então para a entidade está escrita no conselho tem que ser conselho municipal
280 estadual não inscreve,o número da inscrição é permanente agora o conselho municipal ele pode
281 cancelar,se o conselho não cancelou então não é o Ceas que vai questionar a legalidade dessa
282 entidade compete ao Conselho Municipal que a legislação diz isso a **Conselheira Márcia**
283 **Monteiro** diz que é sobre isso que está falando que quando a entidade não faz a entrega ele
284 volta para a comissão aí a comissão vai decidir e minha preocupação é o prazo ,pode ser que
285 não tenha feito o processo de cancelamento,não estou dizendo que vai acontecer é só mesmo

286 um fato para a gente compreender pode ser que ela participe e esse cancelamento pode
287 acontecer posteriormente. A **Presidente Célia Melo** diz que vai ser feito antes então dentro do
288 prazo está legal pode ser que encaminhe,se não encaminhar o Conselho Municipal pode
289 comunicar para a gente que aquela entidade teve sua instituição cancelada então o Conselho faz
290 uma nova eleição só para aquela entidade,então isso é automático,tem um prazo e se a entidade
291 não apresentarn aquele prazo que o Conselho deu vai ser suspenso e a gente automaticamente
292 ela sai daqui.Esse processo vai ser amplamente divulgado no estado do Ceará ,então todos os
293 Conselhos vão tomar conhecimento disso se tiver alguma entidade que se candidatou o Conselho
294 Municipal pode acionar,por isso que tem prazo,se vocês observarem vamos trabalhar agora o
295 edital,ficou claro?Vamos colocar em regime de votação e vamos colocar a resolução das regras
296 gerais do processo eleitoral quem é a favor de aprovar permaneça como está,alguma abstenção?
297 Alguma posição contrária?Então está aprovada a resolução duzentos e vinte e dois de dois mil e
298 vinte e seis do Ceas que dispõe o processo eleitoral a representação da sociedade civil no
299 Conselho Estadual de Assistência Social para compor a gestão dois mil e vinte e seis a dois mil e
300 vinte e oito aprovado por unanimidade.Vamos agora para o edital,eu gostaria de contar com o
301 apoio de todos vocês que estão aqui para a gente vê essas datas para ficar um período bem
302 razoável para publicação porque se precisar a gente ter uma nova eleição a gente ter prazo para
303 isso.**Secretaria Executiva Interina Laura Tavares** lê o edital a **Presidente Célia Melo** reforça
304 durante a leitura que o prazo para análises e pedidos de habilitações,isso se estiverem aptas a
305 concorrerem conforme as normas que estão lá no regimento interno quanto na resolução ficou
306 claro?Vinte e três de abril a cinco de maio oito dias úteis então pode continuar a leitura ,a mesma
307 informa que quer deixar bem claro e a **Secretaria Executiva Interina Laura Tavares** dar
308 continuidade a leitura.A **Presidente Célia Melo** diz que dia dezanove de junho a trinta e um de
309 julho tem um prazo bem elástico para caso precise alguém recorrer vamos ter mais de um
310 mês,então vocês estão vendo que está um prazo bacana para fazer uma escolha
311 democrática,sem pressa e no dia três já é a posse e até lá tem esse período de mais de um mês
312 se for preciso de recorrer alguma coisa,alguma observação?Está aberto para discussão a leitura
313 já foi feita o **Conselheiro José Francisco** diz que dia três de agosto é o encerramento do
314 colegiado e a entrega dos certificados e se não é necessário colocar a **Presidente Célia Melo**
315 diz que na verdade todo conselheiro quando termina seu mandato recebe o certificado de honra
316 ao mérito por ter sido Conselheiro e quando ele é nomeado ele pode receber já tem o documento
317 de nomeação como Conselheiro ,inclusive o próprio Diário Oficial porque até o dia trinta e um de
318 maio vai ter a nomeação de todos os Conselheiros,a publicação da nomeação,todos vão estar
319 nomeados,Governo e Sociedade Civil já é um documento importante para o Conselheiro e o
320 Conselheiro vai lá e assina um livro de posse e quando sair Conselheiro todos eles
321 recebem,mesmo os Conselheiros que vão continuar eles recebem o certificado porque vão
322 começar um novo mandato. **Secretaria Executiva Interina Laura Tavares** dar continuidade a
323 leitura a **Presidente Célia Melo** coloca em regime de votação quem é a favor de aprovar esse
324 edital de convocação numero um de dois mil e vinte e seis do Ceas sobre processo eleitoral de
325 representantes da Sociedade Civil do Conselho Estadual da Assistência Social para gestão dois
326 mil e vinte e seis a dois mil e vinte e oito permaneça como está alguma abstenção,alguma
327 posição contrária? Então aprovado por unanimidade.A **Conselheira Márcia Monteiro** diz que
328 gostaria de parabenizar a equipe pela construção em conjunto com a Presidente em suporte de
329 politica da Secretaria esse documento ficou bem claro e objetivo então todos estão de parabéns.A
330 **Presidente Célia Melo** diz que quer colocar em pauta a data da próxima reunião de março e
331 seria no dia vinte e seis de março e é muito tarde porque dia dez nós vamos publicar esse edital,é
332 preciso que a comissão se reúna para vê o regimento da assembleia da eleição até porque a
333 eleição vai ser dia três de junho se não me engano temos que ter isso pronto para discussão,tudo
334 o que vai ser preciso,todo o processo de mobilização,publicadas mas a gente já tem que
335 comunicar oficialmente junto ao Ministério Público todo esse inicio do processo eleitoral já
336 enviando cópias tanto do edital quanto da resolução das normas gerais e também **Dr. Luciano**
337 **Tonet** pediu que enviássemos cópia o regimento interno para começar por isso eu sugiro que em
338 duas reuniões que a gente teve de comissão da Presidência ampliada a gente sugeriu todos
339 concordaram mas aqui as deliberações não é das comissões,é do Conselho mas gostaríamos de
340 vê a possibilidade da reunião ocorrer dia doze de março próxima reunião ordinária vou colocar
341 em votação,temos que providenciar o local porque aqui vai está ocupado,vamos procurar outro
342 lugar,quero ouvir vocês,então como todos concordaram a nossa próxima reunião será dia doze

343 de março,local a definir.Nosso próximo ponto é as recomposições das Comissões
344 temáticas,vocês viram no regimento interno tinham seis comissões agora vão ser cinco,a
345 comissão de Recursos Humanos e Capacitação ela não vai mais existir porque não tem sentido
346 essa comissão,as atribuições dela estão em todas as outras comissões por isso torn-se
347 necessário recompor as comissões,a Secretaria Executiva trouxe uma sugestão para a gente
348 objetivar aqui vai ser a redistribuição dos Conselheiros que estavam na Comissão de Recursos
349 Humanos mas também é o momento dos Conselheiros de trocar com a alguém,se for o caso,mas
350 precisam ter uma negociação para haver essa troca.A **Secretaria Executiva Interina Laura**
351 **Tavares** faz a leitura da resolução duzentos e vinte e sete ,ela fala ponto de pauta número seis
352 redistribuição das Comissões Temáticas a proposta inicial manter as composições e fazer a
353 redistribuição dos Conselheiros que faziam parte da Comissão de Recursos Humanos que irá ser
354 extinta,estaremos incluindo os nomes agora.Foi feita toda a recondução dos Conselheiros para
355 as Comissões Temáticas existentes.A **Vice-Presidente Elisângela Luzia Fernandes** faz a
356 observação que dentro vaga ociosa do Coegemas e a **Presidente Célia Melo** informa que da
357 mesma forma nas outras comissões tem os nomes das pessoas essa vaga era o Coegemas que
358 participava,mas como falamos aqui,esse é o momento de quem está em uma comissão e quer
359 migrar para outra combine e troque,se alguém quiser trocar com coegemas tranquilo,pode trocar
360 mas ninguém pode tirar o Coegemas se ele não quiser trocar,a prioridade já é dele porque ele já
361 estava nessa comissão. A **Vice-Presidente Elisângela Luzia Fernandes** explica que o de fato é
362 que estamos sem representação. A **Secretaria Executiva Interina Laura Tavares** continua com
363 a recomposição das Comissões Temáticas.A **Conselheira Ana Paula Silveira** se apresenta
364 informa que é do **Cress Ce(Conselho Regional de Serviço Social)** e está substituindo a
365 Verônica antiga conselheira e informa que ainda não teve tempo de lê o regimento e pergunta se
366 um Conselheiro pode ficar em mais de uma comissão e a **Presidente do Conselho Célia Melo**
367 informa que sim,pode.A **Presidente Célia Melo** informa que foi aprovado na Assembleia
368 Legislativa que o nome desse prédio irá se chamar **Tereza Maria de Araújo Serra** em memória a
369 nossa Querida Tereza Serra.A a **Presidente do Conselho Célia Melo** Continua com o
370 cronograma das comissões e a **Secretaria Interina Laura Tavares** dar continuidade na leitura
371 das resoluções,agora com a resolução de número duzentos e vinte e três.A **Presidente Célia**
372 **Melo** apresenta a Rai que vai apresentar o plano estadual de direitos à de Convivência Familiar e
373 Comunitária ela se apresenta e informa que vai apresentar o plano de ação de dois mil e vinte e
374 cinco o objetivo geral é coordenar implantar a política pública de assistência social do estado do
375 Ceará procurando direitos e oportunidades que reduzam vulnerabilidades e aí temos como
376 objetivos específico desenvolver ações junto aos municípios para potencializar as entidades da
377 assistência social,realizar a vigilância sócio assistencial nas situações de vulnerabilidade e riscos
378 pessoal e social bem como das potencialidades do estado do Ceará.Contribuir para o afloramento
379 do **SUAS(Sistema Único de Assistência Social)** no que se refere a gestão e oferta dos serviços
380 programas e benefícios,fortalecer o controle social no exercício de suas atribuições,assessorar a
381 capacitar e monitorar a gestão municipal e as unidades operacionais do **SUAS(Sistema Único**
382 **de Assistência Social)** para execução dos serviços,projetos e programas no âmbito da proteção
383 social básica,cadastro único,programa bolsa família ,BPC na escola e BPC visando em contribuir
384 para o fortalecimento de vínculos e reduções das vulnerabilidades das famílias.Garantir a
385 proteção integral de famílias e indivíduos direitos violados,vítimas familiares e outros municípios
386 através de apoio e assessoramento aos municípios do desenvolvimento dos serviços de proteção
387 social especial de alta complexidade implantar,implementar no âmbito estadual a oferta
388 regionalizada dos serviços de acolhimento,apoiar tecnicamente os municípios por meio de
389 capacitações e assessoramento as equipes de proteção social de média complexidade,monitorar
390 os equipamentos serviços e programas da proteção social de média complexidade ,ofertar de
391 forma regionalizada os serviços de proteção e atendimento especializado a família e
392 indivíduos(PAEF);serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medidas sócio
393 educativas,liberdade assistida e prestação de serviços da comunidade em municípios
394 cooperados.Então essas são as ações realizadas no ano de dois mil e vinte e cinco.Ela informa
395 que quando fazem essas ações trazem somente o que foram realizadas as que não forma
396 realizadas não são colocadas na apresentação.e agora entram com os indecadores e o número
397 de famílias beneficiadas com o programa bolsa família foi um bilhões trezentos e oitenta e quatro
398 número de famílias cadastradas no cadastro único dois milhões e quatrocentos e setenta e um
399 mil e duzentos e vinte e três,número de famílias em descontinuidade dois mil e oitocentos e

400 oitenta e nove,número de famílias com beneficiários deficiente duzentos e oitenta e sete
401 mil,numero de famílias por beneficiário do BPC cento e quarenta e dois mil.A Presidente Célia
402 Melo ressalta o que está sendo apresentado é a avaliação de dois mil e vinte e cinco pois é
403 porque na pauta estou achando que é a avaliação de dois mil e vinte e cinco depois é que vem o
404 plano,mas colocamos na pauta que é um documento ok.**Conselheira Ana Cristina** ressalta que
405 para falar de pessoa com deficiência e outra coisa ela diz que está vendo número de pessoas
406 em situação de rua ela informa que moradores de rua tem trinta e oito mil setecentas e sessenta
407 e sete no meu ponto de vista social quem mora na rua esta desfavorecido socialmente em
408 vulnerabilidade onde fica o resto das cinco mil pessoas?A **Presidente Célia Melo** pergunta se
409 tem essas trinta e oito mil pessoas?Rai responde que são pelos dados no Cemarís,os que estão
410 inscritos,a **Presidente Célia Melo** explica que quem alimenta o Cemarís são os municípios,essas
411 pessoas podem ter sido atendidas mas não foram notificadas,o Cemarís é um censo.A
412 Conselheira Eugênia Nogueira lê realizações de monitoramento para mil trezentos e dezoito
413 participantes onde foi que isso aconteceu?Tem algum documento que diga para gente onde essa
414 ação que foi planejada,onde ela aconteceu?Rai responde que o plano que foi enviado a cada um
415 dos Conselheiros tem bem detalhado os objetivos,municípios ele é bem cansativo,extenso.A
416 Presidente Célia Melo diz que em verdade essas ações estão no plano quando fomos trabalhar
417 agora o plano de dois mil e vinte e seis vocês vão ver que está lá planejado as vezes ela nem é
418 realizada e as vezes é realizada com um número maior ou menor de participantes toda ação
419 dessa quando é realizada ela tem um plano de planejamento inclusive é prestado conta até para
420 entidade que gerencia o recurso a quantidade de participantes,os recursos que foram
421 mexidos,tudo então temos todos esses dados todas as áreas técnicas,tem mais alguma pergunta
422 gente?O Conselheiro José Francisco diz que participou de uma capacitação e acho interessante
423 que uma das palestrantes disse o levantamento de pessoas de rua o IBGE não faz esse
424 levantamento,quem faz esse levantamento é o cadastro único mas eu acho assim é uma
425 sugestão porque estou no grupo,estou em cinco grupos de população nós precisamos mostrar a
426 situação real,porque estive no Piauí e o pessoal de lá vê a situação de Fortaleza e assim a gente
427 vê tanta política pública de assistência social ,tanto trabalho que vocês tem em mente,então seria
428 interessante que a gente trabalhasse para quem está fora,quem realmente de fato está saindo
429 dessa situação que essa política pública de assistência social,que esses benefícios estão
430 fazendo,porque é muito fácil eu vejo nesse grupo de população que recebe o aluguel social ,recebe
431 o bolsa família,recebe o vale gás a gente precisa mostrar também de um modo geral essas
432 políticas porque o pessoal vê necessidade,quem realmente ,pessoal acha que o estado do Ceará
433 essa política pública só cresce para um lado no trabalho mas a gente não vê ,é só meu ponto de
434 vista mas seria interessante nós trabalharmos enquanto Ceas. A Presidente Célia Melo diz mas
435 assim são os municípios que alimentam,eles podem contar com pessoas de população que se
436 transformam em subnotificadas que deva ter mais e eles contam menos,do mesmo jeito no rns
437 pode constar mais o relatório é mensal mas quando você vai fazer o relatório anual pode vir
438 dados duplicados,mas agora o único estado que tem realmente o senso que contabiliza isso daí é
439 o Ceará o Cemarís só tem no Ceará os outros estados eles podem ter,o que eles podem fazer
440 algum censo alguma contagem,alguma coisa assim mas o senso somente nós temos que
441 anualmente a gente faz e que agora fica aberto diariamente o município vai colocando ai os casos
442 no dia que tem a notificação eles já vão colocando,o único que tem isso é o estado do
443 Ceará,embora possam ter casos subnotificados ele demonstra a realidade do nosso estado por
444 isso vou dar só um dado na época da pandemia todo mundo sabe que todo mundo teve e as
445 estatísticas oficiais o aumento de violência doméstica né e o cemarís demonstrou isso mesmo
446 com casos subnotificados demonstrou que naquele período foram dois anos seguidos o aumento
447 dos casos de violência na família,violência doméstica,são os índices que a gente
448 acompanha.Tem mais alguma pergunta gente?Não tem mais nenhuma,então vou colocar em
449 regime de votação quem é a favor de aprovar o relatório de execução o relatório do plano de
450 apoio técnico de educação permanente do ano de dois mil e vinte e seis permaneça como
451 está ,alguma abstenção?Alguma manifestação contrária?Então aprovado por
452 unanimidade.Vamos apresentar agora o plano Estadual de Assistência Social dois mil e vinte e
453 seis lembrando que esse plano de ação ele está naquele plano de quatro anos do artigo trinta da
454 **LOAS(Lei Orgânica da Assistência Social)** que foi aprovada aqui nesse Conselho só que o
455 Ceará anualmente faz uma avaliação e com essa avaliação a gente elabora o plano de ação do
456 exercício para poder tanto atualizar o plano de quatro anos como atualizar retirando o que não

457 precisa mais mas colocando o que é necessário naquele plano por isso todo ano a gente vem
458 com a avaliação que é feita e o plano do ano porque a orientação é essa, plano de assistência
459 social tem que ser desdobrada no plano de ação anual Rai apresenta o diagnóstico do quantitativo
460 de trabalhadores do estado na gestão de serviços de programas a gente tem mil duzentos e trinta
461 e oito instância de deliberação são cinco conselheiros totalizando mil duzentos e quarenta e três
462 e aí a quantidade de trabalhadores no âmbito municipal que prestam serviços e programas são
463 dezenove mil duzentos e quatorze e da instância de pactuação e deliberação duzentos e
464 cinquenta e um totalizando dezenove mil novecentos e sessenta e cinco no âmbito
465 municipal. Como a gente já leu os objetivos geral continua sendo os mesmos esses objetivos são
466 os mesmos já lidos na apresentação anterior no relatório de execução. Vamos passar agora para
467 as ações por área começando pela coordenadoria da gestão do **SUAS (Sistema Único de**
468 **Assistência Social)** a primeira ação é a realização do senso mapa de risco pessoal e social
469 cemarís do ano de dois mil e vinte e seis, sistematização do senso e mapa de risco social, é
470 uma publicização anual a quarta ação do ano de dois mil e vinte e seis é uma oficina de
471 apoio técnico para a representação dos dados do cemarís dois mil e vinte e cinco e orientação
472 para preenchimento do cemares dois mil e vinte e seis bem como sensibilizar para a coleta dos
473 dados e inserção do sistema, uma oficina anual sempre quando abre o sistema é feita essa
474 oficina e aí a quinta ação é acompanhamento das entidades sócio assistenciais que recebem
475 recurso estaduais conforme o artigo quarenta e três e quarenta e sete do decreto trinta e quatro
476 mil duzentos e sessenta e dois de dois mil e vinte e um. A sexta ação da vigilância é apoio técnico
477 com a gestão municipal e o controle social sobre a regularização de entidades do cneas isso e
478 feito sistematicamente; a sétima ação acompanhar a situação das entidades do cneas que
479 possuem certificados que aí são cinco acompanhamentos anuais; a oitava ação oficialização dos
480 municípios sobre os dados dos registros mensais de atendimentos rma CRAS, CREAS bem como
481 mais coordenadorias do psb e psa, SPS, criação só sistema estadual como ferramenta de
482 liberação da conferência, realização de apoio técnico de gestão e da vigilância sócio assistencial
483 para o preenchimento do sistema de relatório de gestão do ano de dois mil e vinte e cinco sempre
484 que inicia o ano é feita essa oficina de apoio técnico, a décima primeira análise qualitativa dos
485 padrões de qualidade dos serviços sócio assistenciais dos CRAS e CREAS no âmbito estadual
486 com base no índice de desenvolvimento de acordo com os dados do MDS; a décima segunda é a
487 realização de alertas as coordenadorias dos indicadores municipais agregados, décima terceira
488 sobre as análises e encaminhamento da gestão municipal do órgão gestor estadual CRAS e
489 CREAS por base no censo SUAS. Publicação de boletins da vigilância, são três boletins
490 geralmente, décima quinta publicação de boletins de alerta para psb e pse, décima sexta
491 gerenciamento dos sistemas da rede SUAS, décima sétima apoio técnico aos municípios na
492 implantação e incrementação e fortalecimento da vigilância isso daí faz parte do cotidiano, nós
493 estamos sempre nesse auxílio, décima oitava realização de incidência das coordenadorias da
494 assistência social para utilização dos dados produzido pela vigilância sócio assistencial, décima
495 nona a realização sistematização e publicação da segunda pesquisa sobre povos originários e
496 comunidades tradicionais, vigésima sistematização dos dados do relatório de gestão e
497 apresentação da CIB, vigésima primeira a elaboração diagnóstico dos equipamentos de proteção
498 social especial executados pelo estado do Ceará é feita essas visitas e a vigilância faz essa
499 sistematização desses dados, décima segunda realização de apoio técnico aos gestores técnicos
500 de gestão da vigilância para o censo SUAS dois mil e vinte e seis, vigésima terceira indicando
501 sobre o índice de qualidade e custos do SUAS, CRAS e CREAS em parceria com a
502 Rotary, vigésima quarta encontro da vigilância experiências exitórias, vigésima quinta realização de
503 apoio técnico a gestores e técnicos da vigilância para o preenchimento do novo prontuário
504 eletrônico do SUAS continuamente, as ações do cadastro único acompanhamento aos municípios
505 com sistema do cadastro único implementado e funcionamento a ação continuada, orientação e
506 sensibilização com vários gestores sobre a importância sobre a estruturação no cadastro único
507 com computadores e acesso a internet em todos os postos de atendimento e estrutura física de
508 acessibilidade, orientação e sensibilização para gestores sobre a importância de profissionais de
509 nível superior na coordenação e nos postos de atendimento ao cadastro único, atualização dos
510 dados dos profissionais registrados no cadsuas. O **Conselheiro José Francisco** pergunta sobre
511 a ação continuada e o valor e o recurso está aonde? Rai responde que tem ação que não aparece
512 o dinheiro. A **Conselheira Ana Cristina** diz que está faltando uma parte da nossa sociedade são
513 os de migrantes e imigrantes, porque esse entre outros precisa ser especificado a **Presidente**

514 **Célia Melo** diz que são muitos mas poderia ser grupos populacionais tradicionais específicos
515 porque aí entra todos sem citar porque consiste em ribeirinhos a Rai diz que vai fazer a
516 modificação.E agora a gente passa para a escola do SUAS instituir o comitê científico e
517 contratação do pessoal do órgão de assessoramentos são quatro reuniões trimestrais após
518 instituídas,elaboração do projeto de implantação da biblioteca física,implantação do sistema
519 virtual de aprendizagem,criação do observatório do ESUAS,quinta criação e execução do
520 calendário anual com temas mensais pedagógicos e tematicos,sexta emissão de certificados e
521 declaração e uso da marca ESUAS em formações e parcerias,sétima firmação de parcerias para
522 realizar cursos e formações,oitava sistematização de metodologia regionalizada da educação
523 permanente para capital e município do estado ,nona elaboração do plano de ação da escola de
524 gestão do ESUAS,décima criação do memorial do ESUAS e sua linha do tempo.Vamos passar
525 para proteção social básica e a primeira ação é uma oficina municípios prioritarios do bolsa
526 família,sessenta participantes entre quatorze municípios essa é a meta,oficina cofinanciamento
527 estadual de do paef,terceira oficina de gestão do cartão mais infância ceará,quarta atendimentos
528 presenciais,quinta capacitação condicionalidade da saúde do programa bolsa família,oficina BPC
529 e BPC na escola,sétima capacitação das condicionalidades do programa bolsa
530 família,capacitação de gestão e ano que vem vamos trazer as coisas que a gente apresentou o
531 relatório de execuções.Os valores que estão aqui só são uma estimativa não tem como fazer
532 essa previsão.Agora passo para o capees ler todas as ações A **Conselheira Ana Cristina** diz
533 que pertence ao FEUSUAS e isso a fez furar uma bolha dessa grande capital ,o SUAS não é só
534 para capital o que acontece ela teve contato,conversas com pessoas do estado todo desde a
535 fronteira do Piauí e me espantou uma coisa enquanto aqui o CRAS tem funcionado em horário
536 comercial mas isso não é real tem CRAS que funciona das oito ao meio dia,tem outros que
537 funcionam das sete as onze estou falando enquanto usuária isso é uma das coisas,só uma então
538 quado vejo ali assessoramento aos municípios,então que seja feito com rigidez por que a política
539 da assistencia social não é uma política de voto,não deve ser mas ela é,a ponto de eu já ouvir se
540 você não votar em mim seu bolsa família vai ser cortado,morreu fulano,ah o prefeito vai dar o
541 caixão porque o estado não tem,cadê os benefícios eventuais?Então isso são coisas muito
542 graves,isso tem que sair da grande Fortaleza porque é lá onde a fome mora,é lá que as crianças
543 andam descalças,é lá que as crianças vão sem comer para a escola então isso é muito grave.A
544 **Presidente Célia Melo** diz que essa fala é importantíssima da **Conselheira Ana Cristina** e foi
545 pensando nisso que um dos objetivos dentro da premiação dos CRAS foi exatamente para
546 fortalecer os CRAS e acompanhamentos familiares que é realizado nos CRAS.Então o estado
547 tem esse entendimento o próprio Governador fez isso e agora mesmo saiu essa semana o
548 resultado de trinta CRAS premiados em relação ao ano de dois mil e vinte e cinco,então esses
549 CRAS assim jamais vão receber uma premiação.Nós temos uma equipe de quase trinta técnicos
550 só da proteção básica que orienta todos os casos,é uma equipe completamente
551 competente,compromissada que tem rigidez sim tanto que querem fazer planos de providencia e
552 muitas vezes nem é necessário e o que acontece é que esses CRAS que estão desse jeito eles
553 são alvo de plano de providência para os municípios organizar seus CRAS.O que foi combinado
554 que no ano de dois mil e vinte e cinco como era ano de novo gestor o estado ia estar
555 assessorando o funcionamento qualificado dos casos a partir desse ano os CRAS que
556 continuassem não cumprindo as normativas seriam aplicados providencias para eles,então
557 possivelmente vai passar por aqui os planos de providência de CRAS que estão nessa
558 situação,não são todos,temos quatrocentos e dezessete CRAS no estado do Ceará é um estado
559 do Brasil que mesmo com esse desfiamento dos problemas que a gente teve,nós saímos de
560 trezentos e oitenta e seis CRAS para quatrocentos e dezessete,todo ano se aumenta o número
561 de CRAS,então todos eles estão conscientes dessa importância mas realmente existe isso,não
562 conseguimos ainda ter a equipe completa nos nossos CRAS por isso foi reconhecida essa
563 fragilidade dos nossos CRAS e finalizando dizendo que é importante a colocação da **Conselheira**
564 **Ana Cristina**.O Conselheiro Francisco José diz que fazemos nossas reuniões ordinárias
565 enquanto GSUAS e a gente sempre busca ouvir os usuários eles estão ali nos equipamentos
566 mas sempre frizo a importância do usuário está no equipamento,porque se ele é usuário ele tem
567 que esta no equipamento por exemplo:eu moro em Juazeiro e o CRAS é em Alto Alegre então se
568 eu quero tirar uma xerox,eu quero usar aquele equipamento eu sei que lá próximo a minha casa
569 tem uma escola mas meu espaço de atrai vocês concordam comigo?Eu entendo que nem todo
570 município tem essa visão.Eu estive em três municípios fui para Morrinhos,Itapipoca e Itapajé

571 fortalecer os o código municipal dos usuários então assim é uma coisa nova tem que estar
572 aprendendo e em relação ao Sr Joaquim que mora em Parambu ele fez uma chamada de
573 vídeo,ele precisou do equipamento porque aí realmente ele não estava com telefone e ele disse
574 que infelizmente estava lá a situação perguntando se não tinha como ligar para a recepção para
575 falar com ela,porque ela não quis falar ,então tem coisas que vemos,é fato mandei relatório,faz as
576 denúncias ,cabe aos usuários,estamos falando o que de fato está acontecendo fico triste por que
577 o CRAS é a porta do protagonismo dos usuários,da política publica. A Presidente Célia diz que
578 essas questões são importantes que vocês estão colocando gente mas é isso que você está
579 dizendo tem que fazer a denuncia para a gente assessorar os municípios em relação aos
580 conselhos municipais em relação a essa questão e recomendar o órgão gestor para o técnico ir
581 naqueles espaço que tenham denúncias mas o que quero deixar claro para vocês é importante
582 essas colocações mas nós estamos apresentando o que está planejado para esse ano de dois
583 mil e vinte e seis.Essas questões são vistas sim não tenham dúvidas agora casos que estrapolem
584 como os que eles se negam a atender o usuário mas veja bem não é obrigado todos os usuários
585 estarem lá em acompanhamento não,referem-se a numero x de famílias,a equipe de assistência
586 do Cras tem que está fazendo o monitoramento a essas famílias na perspectiva de identificar
587 aquelas que precisam de um acompanhamento quando elas são acompanhadas supera aquela
588 situação que precisou de acompanhamento elas são desligadas do acompanhamento porque não
589 ficam eternamente em acompanhamento. Agora se o usuário precisou,porque tem aquela
590 demanda espontânea do usuário como você está dizendo e tem aqueles usuários que a equipe
591 identificou no território e precisa de acompanhamento aquelas famílias no caso dessa demanda
592 espontânea,esse CRAS se negou a atender ele tem que recorrer aos órgãos de defesa inclusive
593 para chegar até o Ministério Público. Uma situação dessa pode chegar a primeira instância que é
594 o Conselho Municipal ,se não resolver aí vai para o Ministério Público para denunciar,poque o
595 cras tem obrigação de fazer o atendimento. A Presidente Célia Melo coloca em regime de votação
596 o plano de ação estadual de assistência social para o ano de dois mil e vinte e seis permaneça
597 como estar,os contrários se manifestem,alguma manifestação?Então aprovado por unanimidade.
598 Vamos para o próximo ponto de pauta e que vai apresentar é a Coordenadora Regiana Praciano
599 da Segurança Alimentar e Nutricional a Regina é uma referência também na assistência social e
600 tudo que a Regina entra ela se torna referência pela competência dela e envolvimento. Ela
601 produziu o guia orientativo para integração isso é orientação da própria união,eles pedem que o
602 estado tenha o fluxo de integração entre SUAS, SISEM e SUS nos municípios e aqui no estado
603 também. A Regina fez uma proposta preliminar,essa proposta foi discutida com o Coegemas, foi
604 discutida com todos nós da assistência social do estado,foi discutida no âmbito do Governo do
605 Estado e veio para CIB que foi aprovado porque a proposta é muito boa de fato mas já com todas
606 as alterações é uma pessoa que escuta,altera aquilo que deve ser alterado isso é importante
607 porque mostra a questão da pessoa ser uma pessoa democrática e republicana isso é
608 importante. Então a Regina veio para apresentar ela pensou em formar uma Câmara técnica mas
609 a proposta já está tão bem discutida uma proposta tão boa que não precisa câmara técnica a
610 gente aprova porque todos já estão de acordo com essa proposta ela vai apresentar de forma
611 sintética vai deixar para a gente todo o material essa proposta da integração SUAS, SISEM e
612 SUS isso da perspectiva de realmente erradicar a fome no nosso país não só a fome a
613 desnutrição,porque muitas vezes você está de barriga cheia mas não está nutrida,então Regina
614 eu agradeço muito a sua participação bem como da sua equipe, a sua equipe eu acho que sendo
615 seu lema de pessoa,competência,comprometimento e passo para você a fala. **Regina Praciano**
616 cumprimenta a todos agradece a **Presidente Célia Melo. Regina Praciano** diz que muita coisa já
617 vem sendo feita bem colocado aqui pela Presidente Célia Melo,nós estamos em uma politica
618 nova segurança alimentar e nutricional,quando eu digo nova mas ela é de dois mil e seis para cá
619 ou seja já está com vinte anos mas diferente do SUAS nosso sistema o SISEM ele ainda vem
620 sendo construído,ele está sendo implementado quase todos os municípios do Ceará já fizeram a
621 adesão,nós temos cento e trinta e dois que já fizeram a adesão mas ainda está faltando
622 cinquenta e oito fazer essa adesão para que a gente possa ter todos os municípios. E o que é
623 SISEM,do mesmo jeito do SUAS e do SUS é um sistema que trabalha a política de segurança
624 alimentar e nutricional e diferente do SUS e do SUAS é igual,um sistema porque o SUS ele é
625 específico,ele é de uma politica da saúde;o SUAS da assistência embora trabalhe a
626 integração,essas questões todas mas eles são específicos já a segurança alimentar só mesmo
627 para entrar na nossa conversa,a segurança alimentar ela é realmente intersetorial na palavra,ela

628 está na educação,ela está no desenvolvimento agrário ,ela está na assistência,ela está na
629 qualificação profissional,ela está na saúde,ou seja ela é ampla,está no dia dia segurança
630 alimentar ela perpassa tudo isso então mais complexo ainda de se trabalhar. Por isso é todo um
631 processo é mais complexo ainda de se trabalhar por isso é todo um processo. Então a gente
632 como a **Presidente Célia Melo** colocou também a gente pensou em criar um guia aqui para o
633 nosso estado do Ceará,vou deixar o material para vocês vai ficar uma cópia aqui mas no final tem
634 o qrcod e vocês podem acessar tudo o que a gente produziu para todos os conselheiros vão estar
635 com esse material atualizado. Então a gente criou um guia orientativo de integração do sistema é
636 o primeiro do Brasil também,já os outros estados vão estar implantando mas nós criamos o nosso
637 guia de integração dos três sistemas mostrando também pessoal que isso não foi da cabeça da
638 nossa brilhante equipe sozinha não,aqui tem a Ana Paula que é a gerente da Celula,o Pedro e a
639 Tatiane representando a nossa equipe mas nós temos uma equipe que é pequena que está
640 dando conta do estado como um todo são muito unidos ,aguerrido,muito competente e eu faço
641 questão de dizer e agradecer mas não foi da cabeça da gente que criou não foi a partir de bases
642 legais,orientações que a gente foi pensando para criar isso aí até para não ferir nada,então
643 criamos um guia e colocando isso aí é bom que vocês depois conheçam enquanto Conselheiros
644 que nós pegamos a trilha que foi elaborado para o contexto da segurança alimentar,esse material
645 teve a participação direta da Secretaria Nacional de Assistência Social de técnicos e também do
646 Conselho para criar essa trilha,do trabalho social com famílias e territórios do PAEF foi elaborada
647 pela secretaria nacional e o objetivo foi qualificar e fortalecer as equipes dos CRAS, tudo a
648 gente foi pegando esse material foi lendo para dar subsídios ao nosso guia daqui então foi a partir
649 desse material também. Uma portaria que teve no Ministério em dois mil e vinte e três que
650 trabalha estabelece as orientações para trabalhar as famílias ,indivíduos e famílias em segurança
651 alimentar no âmbito da assistência da saúde da segurança alimentar também pegamos esse
652 material para estudar e criar o nosso material próprio do Ceará,então esta aí a portaria ela é bem
653 enxuta e bem orientadora mesmo ela diz bem como se deve trabalhar .Na apresentação desse
654 guia de uma forma bem simples a gente trabalha as diretrizes,as estratégias pra consolidar essa
655 integração entre os sistemas Vê a questão principal que é superar esse isolamento setorial as
656 políticas trabalhando sozinha,isoladas então como integrar se de repente o público é o
657 mesmo,aquele publico que está sendo assistido lá no CRAS está em segurança alimentar,está
658 indo para o posto de saúde e porque não a gente trabalhar isso aí,trabalhando de uma forma
659 isolada,então busca tudo isso. Então apresentação do nosso documento a gente oferece dados
660 sobre essa questão de como trabalhar a integração e fortalecer esse novo sistema o SISAN.A
661 gente trabalha no guia também objetivo geral e específico o geral está muito claro que é
662 fortalecer a integração entre as políticas,entre os sistemas SUS, SUAS e SISAN nos cento e
663 oitenta e quatro municípios cearenses então é para isso que a gente quer,fortalecer essa
664 integração e os específicos relatos articulação institucional das políticas da assistências da
665 segurança alimentar podemos depois ir mais além e pegar a educação como foi muito bem
666 colocado aqui na reunião que a gente teve com os gestores da assistência a importância da
667 escola de lá seriam identificados casos das crianças que não estão comendo,mesmo com uma
668 merenda escolar boa melhorando as per captas mas mesmo assim tem famílias que ainda estão
669 em insegurança alimentar, então a escola também a gente buscar isso aí,mais na frente a gente
670 também vai trabalhar agricultor,desenvolvimento agrário integrando outras políticas. O problema
671 agora digamos assim é esse grande estratégia de integração entre os sistemas ai vem a questão
672 da governança que é exatamente formar grupo que todos os municípios ter sua câmara
673 intersetorial de segurança alimentar hoje nós só temos em cento e trinta e dois. Nosso maior
674 programa de combate a fome que é o Ceará sem fome também a gente se coloca a disposição
675 para fazer uma apresentação de todos esses programas. Esse trabalho na prática já vem sendo
676 feito mas a gente pode trazer para o Conselho quando a gente foi pensar o Ceará sem fome foi o
677 primeiro Conselho antes do da segurança alimentar na época da minha Querida Tereza a gente
678 debateu e colocou na pauta o Ceará sem fome aí a gente apresentou,veio para saber como era
679 todo o funcionamento tanto do Ceará sem fome como o do vale gás porque essas duas ações
680 fica com nossa equipe. A **Presidente Célia Melo** agradece mais uma vez e agora informa que vai
681 ser lida a minuta da resolução para aprovação quem vai lê é a **Secretaria Executiva Interina**
682 **Laura Tavares ela finaliza a leitura e a Presidente Célia Melo** diz que está em discussão a
683 resolução e informa que se alguém quiser fazer algum comentário,vai entrar em regime de
684 votação quem é a favor de aprovar a resolução duzentos e vinte e quatro de dois mil e vinte e

685 seis do CEAS. **A Presidente do Ceas-CE, Célia Melo** declara encerrada a tricentésima trigésima
 686 quinta reunião ordinária do **CEAS (Conselho Estadual de Assistência Social)** agradece em
 687 primeiro lugar a Deus que nos concedeu toda sabedoria e discernimento para hoje e agradecer a
 688 participação de todos os Conselheiros(as) e a todos presentes, e eu, lavrei a presente ata que
 689 após lida e aprovada, será assinada por todos(as) os(as) presentes. Fortaleza/CE, 26 de fevereiro
 690 de 2026.
 691

<hr/> CÉLIA MARIA DE SOUZA MELO LIMA Presidente do Ceas-CE Secretária da Proteção Social – SPS	<hr/> SANDRA MARIA FERREIRA DE MORAIS Conselheira Suplente do Ceas-CE Secretária da Proteção Social- SPS
<hr/> CRISTIANE MARTINS GOMES DA SILVA Conselheira Suplente do Ceas-Ce Sociedade para o Bem Estar da Família-Sobef	<hr/> MÁRCIA MARIA SOUSA MONTEIRO DA SILVA Conselheira Titular do Ceas-CE Agência de Desenvolvimento Econômico e Social- ADES
<hr/> JULIANA ARAÚJO LIMA DA SILVA Conselheira Titular do Ceas-CE Usuária do Centro de Referência de Assistência Social-CRAS	<hr/> MARIA ROZELHA PONTES CUNHA Conselheira Suplente do Ceas -CE Secretária da Fazenda-Sefaz
<hr/> MÁRCIA MARIA SOARES GURGEL Conselheira Suplente do Ceas-CE Secretária do Planejamento e Gestão -Seplag	<hr/> MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA SILVA Conselheira titular do Ceas-CE Usuária do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS DO Bairro João XXIII do Município de Fortaleza /CE
<hr/> RUTE ALMEIDA TEOBALDO MOURÃO Conselheira Titular do Ceas-CE Secretária da Fzenda-Sefaz	<hr/> KRYCIA DA SILVA LAURENTINO Conselheira Titular do Ceas-CE Secretária das Cidades
<hr/> ELIZÂNGELA PEREIRA DE OLIVEIRA Conselheira Suplente do Ceas-CE Fundação Dr.Antônio Dias Macedo	<hr/> ANA ROBERTA MARTINS DE ALMEIDA XAVIER Conselheira Suplente do Ceas-CE Secretária das Cidades
<hr/> ANA LUIZA OLIVEIRA LEITE Conselheira Titular do Ceas-CE Associação para Desenvolvimento dos Municípios do Estado do Ceará-APDMCE	<hr/> JOSÉ ALBUQUERQUE COSTA Conselheiro Suplente do Ceas-CE Conselho Regional de Administração do Ceará-CRA/CE

<p>JOSÉ FRANCISCO RAMOS DA SILVA Conselheiro Suplente em Situação de Titularidade do Ceas-CE Usuário do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Município de Juazeiro do Norte-CE</p>	<p>JULIANA HILÁRIO MARANHÃO Conselheira Titular do Ceas-CE Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Ceará</p>
<p>ANA CRISTINA GOMES DIAS Conselheira Titular do Ceas-CE Usuária do Centro de Referência de Assistência Social -CRAS do Bairro João XXIII do Município de Fortaleza</p>	<p>JUDITE FREITAS DE MESQUITA Conselheira Suplente do Ceas-CE Usuária do Centro de Referência de Assistência Social -CRAS Camará do Município de Aquiraz-Ce</p>
<p>FRANCISCA EUGÊNIA NOGUEIRA DE SOUZA Conselheira Titular do Ceas-CE Secretaria de Educação -Seduc</p>	<p>ELISÂNGELA LUZIA FERNANDES DO NASCIMENTO Vice presidente do Ceas-CE Usuária do Centro de Referência de Assistência Social -CRAS Município de Maracanaú-Ce</p>
<p>PAULO MARCELO LARANJEIRA BARROCAS Conselheira Suplente do Ceas-CE Secretaria da Saúde</p>	<p>LAURA MARIA TAVARES PEREIRA Secretária Executiva Interina do Ceas-CE</p>